

7 — Os candidatos aptos que excedam as vagas postas a concurso são considerados reservas. Estes são chamados para efectuar o ETM quando os candidatos apurados não se apresentem na data fixada para início do ETM ou tenham desistido ou sido eliminados nos 10 dias úteis subsequentes à data de início do ETM.

Comando Operacional da Força Aérea

Base Aérea n.º 4

Despacho n.º 9905/2007

Subdelegação de competências

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego nas entidades a seguir designadas a competência para autorizar a realização de despesas com empreitadas de obras públicas e locação e aquisição de bens e serviços, que me foi subdelegada pelo despacho n.º 1/2007, de 13 de Fevereiro, do comandante da Zona Aérea dos Açores:

- a) Até € 50 000, no comandante do Grupo de Apoio, tenente-coronel TOMET 043608-K, António João Ferreira Nunes;
- b) Até € 25 000, no comandante da Esquadra de Administração e Intendência, capitão ADMAER 088257-H, Vítor Manuel Pereira Branco.

2 — São ratificados todos os actos entretanto praticados pelas entidades subdelegadas que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências e que tenham sido praticados em data anterior à respectiva publicação.

15 de Fevereiro de 2007. — O Comandante, *Silvio José Pimenta Sampaio*, COR/PILAV.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Centro de Estudos Judiciários

Despacho (extracto) n.º 9906/2007

Por despacho da directora do Centro de Estudos Judiciários de 22 de Março de 2007, no exercício de competência delegada, foi a licenciada Suzana Valadas England nomeada docente do Centro de Estudos Judiciários, a tempo parcial, no período de Abril a Julho de 2007, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 81.º e no n.º 2 do artigo 83.º da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril.

28 de Março de 2007. — O Director-Adjunto, em substituição da Directora, *José António Branco*.

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 9907/2007

Por despacho do subdirector-geral de 14 de Fevereiro de 2007, por delegação de competências, foi Armando Jorge Cascarejo Correia da Silva, escrivão auxiliar, provisório, do Tribunal da Comarca de Paços de Ferreira, exonerado por inaptidão para o exercício de funções.

24 de Abril de 2007. — A Directora de Serviços, *Helena de Almeida Esteves*.

Despacho (extracto) n.º 9908/2007

Por meu despacho de 23 de Abril de 2007, por subdelegação de competências, foi convertida em definitiva a nomeação de Sónia Maria Menezes Serra, escrivã auxiliar, provisória, dos juízos de pequena instância cível de Lisboa, com efeitos desde 30 de Março de 2007.

27 de Abril de 2007. — A Directora de Serviços, *Helena de Almeida Esteves*.

Despacho (extracto) n.º 9909/2007

Por meu despacho de 23 de Abril de 2007, por subdelegação de competências, foi convertida em definitiva a nomeação de Nuno José Martins Alves, escrivão auxiliar, em comissão de serviço, dos Juízos

de Pequena Instância Cível de Lisboa, com efeitos desde 6 de Abril de 2007.

27 de Abril de 2007. — A Directora de Serviços, *Helena de Almeida Esteves*.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Despacho (extracto) n.º 9910/2007

Por despacho de 20 de Abril de 2007 do director-geral dos Registos e do Notariado, foi convertida em nomeação definitiva a nomeação provisória da assistente administrativa do quadro de pessoal desta Direcção-Geral Célia Maria Costa Marchão Castanheira, com efeitos a 9 de Maio de 2007. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

27 de Abril de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho (extracto) n.º 9911/2007

Por despachos do director-geral de 26 de Abril de 2007:

Foi Alda Maria Carreira Formiga Gonçalves, escriturária do Cartório Notarial de Constância, colocada no Cartório Notarial de Alcanena, por permuta com Carla Alexandra Mestre da Cruz.

Foi Carla Alexandra Mestre da Cruz, escriturária do Cartório Notarial de Alcanena, colocada no Cartório Notarial de Constância, por permuta com Alda Maria Carreira Formiga Gonçalves.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

30 de Abril de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho (extracto) n.º 9912/2007

Por despachos do director-geral de 10 e de 16 de Abril de 2007, foi Maria Isabel Andrade da Cruz, escriturária, na situação de licença sem vencimento de longa duração, autorizada a regressar ao serviço, para lugar de idêntica categoria (3.º escalão, índice 175), sendo afecta, nos termos do n.º 4 do artigo 109.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, à 11.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, considerando-se integrada na conservatória de afectação, por aplicação do disposto no n.º 1 do artigo 112.º do mesmo diploma, com efeitos a partir de 30 de Abril de 2007, data do início de funções. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

30 de Abril de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho (extracto) n.º 9913/2007

Por despacho de 26 de Abril de 2007 do director nacional da Polícia Judiciária e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e nas demais disposições legais aplicáveis, foi delegada na licenciada Isabel Maria Fernandes Alvoeiro Patrício, directora do Departamento de Relações Públicas e Documentação, a competência para a prática dos seguintes actos, no âmbito do respectivo serviço:

- 1) Conferir posse e assinar termos de aceitação;
- 2) Justificar e injustificar faltas;
- 3) Autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respectivo plano anual;
- 4) Autorizar deslocações em serviço;
- 5) Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os funcionários ou agentes tenham direito, nos termos da lei;
- 6) Adoptar os horários de trabalho mais adequados ao funcionamento dos serviços, determinar os regimes de prestação de trabalho e autorizar os horários de trabalho específicos, observados os condicionamentos legais;
- 7) Promover a verificação domiciliária da doença, nos termos dos artigos 33.º a 35.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
- 8) Promover a submissão dos funcionários e agentes a junta médica da ADSE, nos termos dos artigos 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
- 9) Conceder o estatuto de trabalhador-estudante e autorizar o gozo dos direitos e regalias inerentes a esse estatuto, nos termos do Código do Trabalho (artigos 79.º a 83.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e 147.º a 156.º da Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho);
- 10) Autorizar o abono antecipado de ajudas de custo;
- 11) Autorizar despesas com a aquisição de bens ou serviços de carácter urgente, até ao valor de € 150, no máximo mensal de € 500.